

RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações Sociais, Econômicas e de Governança
2022 - Exercício 2021



Demonstrações
Financeiras e
Pareceres.



Estatísticas e
comparativo dos
últimos exercícios.



Direcionadores
Estratégicos e
propósito
cooperativista.

**CONHEÇA O MODELO COOPERATIVISTA
DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS.**







PERFIL ORGANIZACIONAL

A Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda – Sicoob Agrocredi tem como objetivo prestar serviços de intermediação financeira aos associados e comunidades. Iniciou suas atividades em 09 de novembro de 1992, no município de Guaxupé – MG, onde mantém sua Unidade Administrativa, é uma cooperativa de livre admissão, autorizada pelo Banco Central do Brasil a associar como cooperados pessoas físicas e pessoas jurídicas. Conta com 27 postos de atendimento físicos e abrangência em quase todo território nacional, através da ampla rede de atendimento do Sicoob e canais digitais, como o Aplicativo Sicoob.

**QUANDO OS
NEGÓCIOS SÃO
PARTE DA
SOLUÇÃO, TODOS
PROSPERAM
JUNTOS.**

ÍNDICE



6	Palavra do Presidente
8	Institucional
16	Social
24	Ambiental
28	Governança
33	Desempenho Financeiro
41	Demonstrações Financeiras
61	Expediente

Alta Administração

Conselho de Administração

- . Geraldo Souza Ribeiro Filho
- . Irsen Ribeiro de Oliveira
- . Amarildo Freitas Pelozo
- . João de Deus Tranquillini
- . José Amauri de Souza
- . Luiz Alberto Andrade
- . Roberto Gomes Castejon
- . Sandro Elísio de Moraes
- . Virgolino Adriano Muniz

Conselho Fiscal

- . Paulo Mariotti Flora
 - . Reinaldo Ribeiro Senedese
 - . Antonio Custódio Ferreira
- Suplentes
- . André Luiz Alves
 - . César Eugênio da Souza
 - . Pedro Luiz Muniz Basilli

Diretoria Executiva

- . Antonio Lourival Junqueira
- . Walfrido Antônio Russo Junior
- . Mario Sérgio Coragem Sabag
- . Enonimo Euclides dos Santos Junior

PALAVRA DO PRESIDENTE

Crescer e compartilhar os resultados!

Com o forte propósito de conectar pessoas para promover a justiça financeira e a prosperidade, encerramos 2021 com um trabalho pautado no bom atendimento aos cooperados pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. Os resultados do último ano refletem como o Sicoob Agrocredi esteve ao lado dos seus associados, que puderam contar com um portfólio completo de produtos e serviços para atender às suas diferentes necessidades financeiras, com taxas e tarifas mais competitivas se comparadas ao sistema financeiro tradicional.

Os diferenciais cooperativistas nos fazem atingir atualmente mais de 64 mil cooperados, que encontram no Sicoob Agrocredi uma forma mais justa de gerenciar a sua vida financeira. A relevância da cooperativa no suporte aos associados pôde ser percebida ao analisarmos os resultados do último exercício, no qual registramos crescimento em todos os principais indicadores do negócio.

Entre os mais expressivos, podemos destacar o crescimento de 26% nas operações de crédito se comparado ao ano de 2020, que somaram o montante de R\$ 538 milhões ao final de 2021. Os ativos também tiveram aumento de 16% em igual base de comparação, atingindo R\$ 1.5 bilhão. Mostrando a confiança dos cooperados no Sicoob Agrocredi, os depósitos também apresentaram alta de 12%, contabilizando R\$ 912 milhões.



Já as sobras da cooperativa registraram avanço de quase 22%, somando R\$ 54.6 milhões. Outro número de destaque refere-se ao nosso quadro social, que apresentou crescimento 16%, compreendendo 64.976 cooperados em 31 de dezembro de 2021.

Para atender bem a esses associados, fizemos investimentos em diversos Postos de Atendimento, com reinaugurações, reformas e ampliações. Somamos 27 postos de atendimento localizados estrategicamente em municípios do Sudoeste de Minas Gerais e Nordeste de São Paulo, e oferecemos todas as facilidades e conveniência da associação digital e da gestão financeira pelos nossos aplicativos.

Além do atendimento personalizado e consultivo em nossas agências físicas, em 2021 pudemos ainda reafirmar nossa capacidade para um atendimento digital de qualidade, permitindo manter a eficiência seja no contato presencial ou virtual com o cooperado.

Em 2022 seguiremos motivados para fazermos mais e melhor!



Geraldo Souza Ribeiro Filho
Presidente do Conselho de Administração



The image shows the cover of an institutional report. The background is a blurred photograph of a sun rising over a landscape, with a white geometric pattern of overlapping triangles and rounded shapes overlaid. A large green shape, resembling a stylized letter 'A' or a folder tab, is positioned in the lower half. The word 'INSTITUCIONAL' is written in white, bold, uppercase letters across the middle of this green shape. A thin white horizontal line is positioned below the text. A dark blue shape is visible in the bottom right corner of the green area.

INSTITUCIONAL

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossos fundamentos para apoiar uma economia mais inclusiva e sustentável.

Somos uma sociedade cooperativa de crédito, formada por um grupo de pessoas, reunidas voluntariamente para atender as necessidades econômicas, sociais e culturais coletivas. Para operar e garantir a perenidade do negócio, somos uma instituição que opera pautada pelos princípios universais do Cooperativismo para atingir os objetivos estratégicos.

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

PRÍNCIPIOS DO COOPERATIVISMO

- 1º Adesão Livre e Voluntária
- 2º Gestão Democrática
- 3º Participação Econômica dos Membros
- 4º Autonomia e Independência
- 5º Educação, Formação e Informação
- 6º Intercooperação
- 7º Interesse pela Comunidade

MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

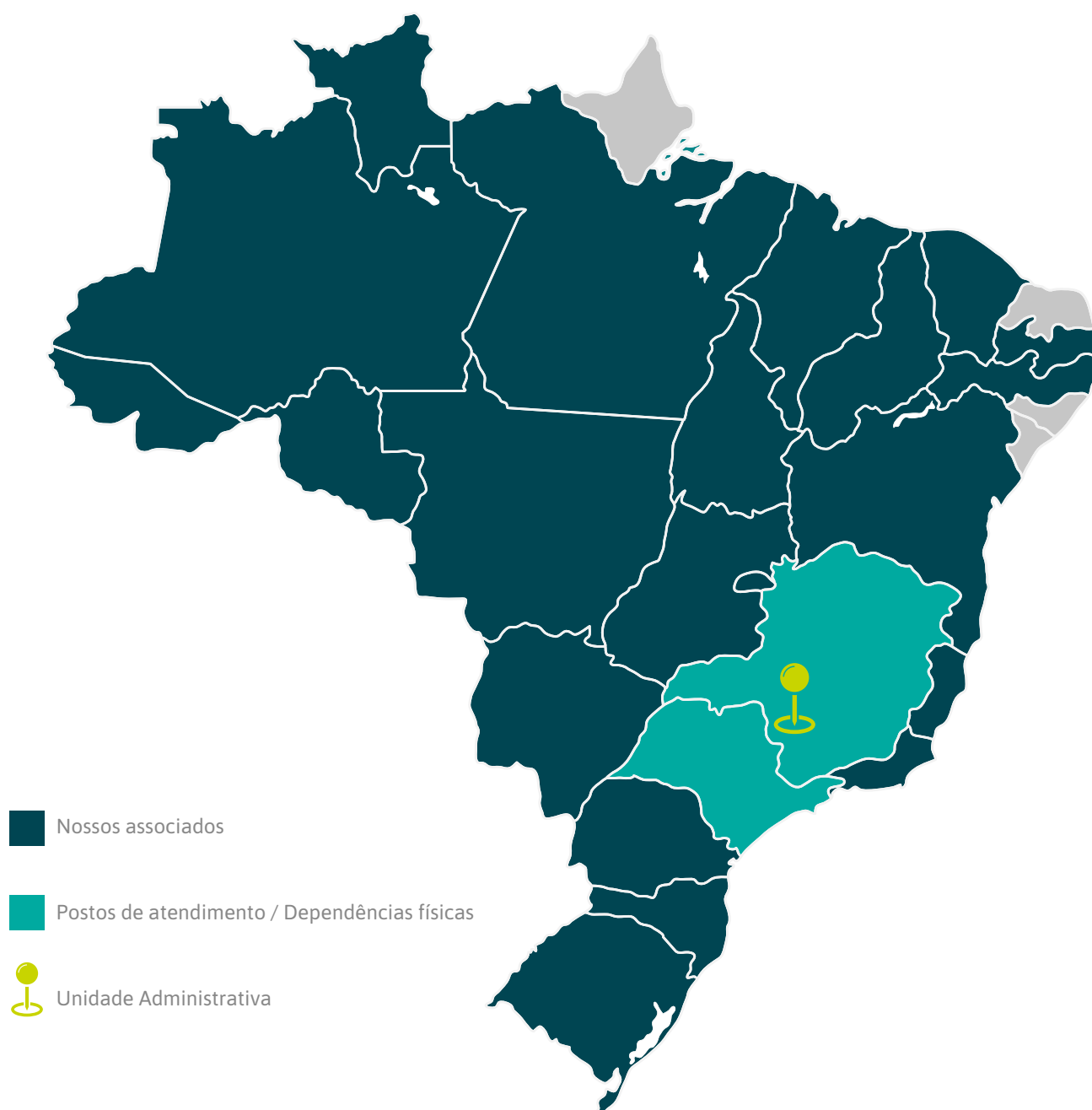
VALORES

- . Respeito e Valorização das Pessoas;
- . Cooperativismo e Sustentabilidade;
- . Ética e Integridade;
- . Excelência e Eficiência;
- . Liderança Inspiradora;
- . Inovação e Simplicidade.

Área de Atuação

Nossos Postos de Atendimento (dependências físicas) estão em **Minas Gerais**, nas cidades de Alfenas, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Divisa Nova, Guaxupé, Ipuiuna, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e Serrania e, em **São Paulo**, nas cidades de Águas da Prata, Caconde, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba.

Nossos associados estão espalhados em 338 municípios de 23 estados do Brasil. Esta amplitude é possível graças ao atendimento digital, disponível através de nossas redes sociais, site, canais de comunicação, a ampla rede nacional do Sicoob e principalmente, o aplicativo Sicoob para realizar as movimentações financeiras.



O Ecossistema Sicoob

O Sicoob Agrocredi está inserido em um Sistema Cooperativo formado por três tipos de sociedades cooperativas: Singulares ou cooperativas de crédito de primeiro grau; Centrais ou cooperativas de crédito de segundo grau; e a Confederação, que é uma cooperativa não financeira, de terceiro grau, que congrega institucionalmente as Centrais e Singulares.



Nosso modelo organizacional está estruturado para disponibilizar aos nossos cooperados todas as soluções financeiras ofertadas pelo mercado. Para tanto, são parte do Sistema Sicoob, o Banco Sicoob e as empresas ligadas - Sicoob DTVM, Sicoob Seguradora, Sicoob Pagamentos, Sicoob Administradora de Consórcios, Sicoob Previ e o Instituto Sicoob.



Sicoob Confederação

Cooperativas	368
Postos de Atendimento	3.836
Associados	6 milhões
Patrimônio Líquido	30,5 bilhões
Depósitos Totais	126,5 bilhões
Operações de Crédito	114,8 bilhões
Resultado Anual	5,2 bilhões
Ativos Totais	190,4 bilhões

Banco Sicoob

Patrimônio Líquido	2,4 bilhões
Depósitos Totais	56,9 bilhões
Operações de Crédito	6,8 bilhões
Resultado Anual	220,9 milhões
Ativos Totais	75,6 bilhões

Sicoob Central Crediminas

Cooperativas	73
Postos de Atendimento	630
Associados	1 milhão
Patrimônio Líquido	4,3 bilhões
Depósitos Totais	16,5 bilhões
Operações de Crédito	16,8 bilhões
Resultado Anual	757,7 milhões
Ativos Totais	28 bilhões

Sicoob Agrocredi

Postos de Atendimento	27
Associados	64.976
Patrimônio Líquido	320,6 milhões
Depósitos Totais	912,7 milhões
Operações de Crédito	538,4 milhões
Resultado Anual	54,6 milhões
Ativos Totais	1,5 bilhão

Produtos e Serviços

Alinhados à nossa Missão de prover soluções financeiras sustentáveis e experiências inovadoras, nossa oferta de produtos e serviços é pensada para atender com agilidade, flexibilidade e de maneira especializada a todos os cooperados, identificando suas necessidades, seu momento de vida e entendendo seus planos e metas.

Oferecemos aos nossos cooperados todos os produtos e serviços tradicionalmente disponíveis pelo Setor Financeiro, centrado em três grandes linhas de negócio: pessoas físicas, pessoas jurídicas e os produtores rurais – e engloba diversos produtos e serviços que atendem às necessidades específicas de cada carteira.



COOPERADOS

Para manter o alinhamento com o mercado e criar oportunidades de negócios, estamos sempre atentos às demandas que surgem a partir do relacionamento com os cooperados.

Como Cooperativa de Crédito, competimos igualmente no mercado com as demais instituições financeiras, com os diferenciais do Cooperativismo e com a participação ativa dos associados.

PESSOA FÍSICA

- Conta Corrente
- Conta Poupança
- Conta Capital
- Conta Salário
- Crédito Pessoal Automático
- Crédito Imobiliário
- Antecipação de Recebíveis
- Adquirência Bancária - Sipag
- Cartões de Crédito e Débito
- Telefonia Corporativa
- Seguros
- Previdência
- Consórcios
- Pagamentos
- Portabilidade Salarial
- Financiamentos
- Cheque Especial
- Consignado
- Investimentos



PESSOA JURÍDICA

- Conta Corrente
- Conta Poupança
- Conta Capital
- Cabal Benefícios
- Cartões de Crédito e Débito
- Antecipação de Recebíveis
- Adquirência Bancária - Sipag
- Cartões Pré Pagos - Coopcerto
- Crédito Empresarial
- Investimentos
- Telefonia Corporativa
- Pagamentos
- Cobrança Bancária
- Seguros
- Consórcios
- BNDES
- Protesto de Títulos
- Câmbio
- Capital de Giro
- Antecipação de Recebíveis
- Conta Garantida



PRODUTORES RURAIS

- Conta Corrente
- Conta Poupança
- Conta Capital
- Cartões de Crédito e Débito
- Crédito Pessoal
- Crédito Pessoal Automático
- Crédito Imobiliário
- Financiamentos
- Investimentos
- Seguros Agrícolas
- Previdência
- CPR
- Consórcios
- Pagamentos
- Crédito Rural
- BNDES
- Funcafé
- Pronaf
- Pronamp
- Telefonia Corporativa





SOCIAL

Inclusão, acessibilidade e educação financeira

Nosso compromisso com a cidadania financeira está manifestado em nosso propósito e contemplado como uma das dimensões orientadoras do Planejamento Estratégico. Compreendendo a extensão de seus impactos em nosso ambiente de negócios, isso nos permite fortalecer as ações de inclusão, acessibilidade e educação financeira.

Inclusão

Garantir a inclusão financeira começa pela disponibilidade de canais que conectarão as pessoas ao Sicoob Agrocredi. Assim, intensificar o alcance e a amplitude dos serviços financeiros para pessoas cujo acesso é limitado ou inexistente é um desafio global que envolve diretamente as instituições financeiras.

O Sicoob continua investindo no ecossistema digital e aumentando as funcionalidades disponíveis para melhorar a conveniência de atendimento ao cooperado, a capilaridade da rede e promover a inclusão financeira mais ampla. No app Sicoob, por exemplo, pessoas físicas e jurídicas podem realizar mais de 200 transações financeiras.

Deste modo, o Sicoob Agrocredi se preocupa em fornecer aos associados diversos canais de contato, sejam eles físicos, através dos Postos de Atendimento e da Rede Sicoob em âmbito nacional e rede 24 horas sejam eles digitais, através do internet banking e aplicativo Sicoob.

Nossos cooperados compreendem pessoas físicas e jurídicas que se beneficiam diretamente da conveniência de nossos canais, do portfólio de produtos e serviços adequados às suas necessidades sob condições justas. Possuem as mais variadas fontes de renda, sendo para as pessoas físicas a maior fonte de renda, o salário.

A prática de menores custos de transações, a

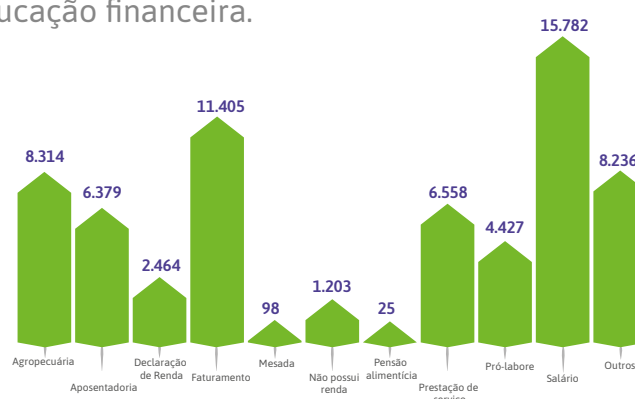


Gráfico - Fonte de Renda Cooperados

não cobrança de tarifa de manutenção de conta corrente, e taxas reduzidas tornam os nossos empréstimos pessoais, financiamentos, cartões de crédito e cheque especial mais acessíveis a todas as faixas de renda e perfis.

No que diz respeito ao crédito para as empresas, foram liberados 5.809 contratos para Micro Empreendedores Individuais (MEI), Micro, pequena e média empresas. Ao proporcionar a inclusão financeira de pequenos negócios, favorecemos sua formalização, organização das finanças e controle do fluxo de caixa e maior acesso ao crédito. Esta ação viabiliza a oportunidade de negócio, aumento de capital de giro assim como a realização de investimento.

Fomentando o apoio ao agronegócio, em 2021 foram disponibilizados 2.644 contratos de crédito para produtores rurais, sejam eles repasses ou recursos próprios da Cooperativa. Deste total, 82% foram destinados para pequenos produtores rurais.

Nas linhas de crédito para pessoas físicas, foram liberados 2.403 contratos de crédito, adequados as diversas faixas de renda, idade e necessidades financeiras.

Dentre os associados identificados com fonte de renda salário, foi observado que, ao final de 2021, 67% estão na faixa de renda até R\$ 2.424,00 (dois salários-mínimos). O Crédito para a pessoa física nessa faixa de renda tem alta relevância social e econômica. Facilita o acesso ao consumo de bens, produtos e serviços, gera emprego e renda e realimenta o crescimento da economia, em uma espiral positiva e desejável pelo Sicoob Agrocredi como agente de desenvolvimento social.

Seguros

Quando se fala em educação securitária, quanto melhor planejamento, menor o impacto sentido quando um imprevisto acontecer. Assim, o Sicoob Agrocredi disponibiliza aos cooperados opções de proteção adequadas aos seus perfis e atender às crescentes demandas de seguros para pessoas físicas, jurídicas e ao agronegócio.

	Segurados
Seguros Rurais	2.311
Seguros de Vida	7.404
Seguro Auto	5.516
Seguro de Responsabilidades e Patrimonial	2.667
Seguro Prestamista - Operações de Crédito	11.679

Previdência

Prover formas dos associados planejar o futuro também é um dos desafios da Cooperativa e é contemplado como um dos pilares de Educação Financeira. Possibilitar o acesso a plano de previdência privado permite a garantia de planejamento e um futuro mais tranquilo.

Associados com previdência	4.441
----------------------------	-------

Acessibilidade

Também, no que diz respeito a acessibilidade, nossos postos de atendimento possuem piso podotátil, rampas de acesso, balcões de atendimento com altura rebaixada ou locais adequados para atendimento a cadeirantes e outras necessidades especiais e colaboradores com conhecimento em libras.

A Central de Atendimento Sicoob possui um canal 0800 exclusivo para atendimento e suporte para pessoas com deficiência auditiva e de fala. Nossos caixas eletrônicos (ATMs) são certificados conforme a NBR 15.250/2005 que trata da acessibilidade e, o serviço de internet banking atende aos requisitos previstos no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

No acesso ao site da Cooperativa, foi habilitada a assistente virtual HELEN do Sicoob, que traduz os conteúdos em libras ou realiza a leitura dos conteúdos.

Educação Financeira

A aquisição de conhecimento financeiro ajuda as pessoas a tomarem melhores decisões sobre o uso do dinheiro e protegerem suas finanças. Por isso acreditamos que a educação é fundamental para a inclusão e a proteção dos usuários de serviços financeiros.

Como instituição financeira responsável, trabalhamos para tornar os conceitos financeiros mais compreensíveis, reduzir a desinformação como forma de proteger os mais vulneráveis e diminuir os impactos diretos e indiretos que possam ocorrer pelo uso inadequado de produtos e serviços financeiros.

A educação financeira está no centro da nossa agenda estratégica. O tema faz parte do nosso Planejamento, e nossas iniciativas são disseminadas pela Educação Corporativa e pelo Instituto Sicoob.

A Educação Corporativa disponibiliza trilhas de aprendizagem e soluções educacionais por meio da plataforma de aprendizagem educacional aos empregados e aos associados através do aplicativo Moob, Ciclo de Palestras, disponibilizadas em nosso canal do youtube e compartilhamento de conteúdo nas mídias sociais.

Já as iniciativas realizadas através do Instituto Sicoob são destinadas às comunidades e abrangem indivíduos de todas as faixas etárias e de renda. As ações trabalhadas referem-se a plataforma Se Liga Finanças Online e aos trabalhos realizados na Semana ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira do Banco Central.



Se liga Finanças

Associados e Comunidades

Benefício estatutário

Todos os cooperados, a partir dos 75 anos de idade e, com no mínimo, 1 (hum) ano de associação à Cooperativa, têm direito previsto no Estatuto Social a solicitar o resgate eventual, em parcelas, suas quotas-partes de capital social sem a necessidade de desligamento do quadro social, desde que preservado o número mínimo de quotas-partes.

2020	6 associados	R\$ 57.956,02
2021	11 associados	R\$ 206.886,19

Rede de Benefícios

O Sicoob Agrocredi proporciona aos associados benefícios ao incentivar o comércio local. Através do app Sicoob Moob o associado conta com uma comunidade de negócios com bens publicados pelos cooperados.



App Sicoob Moob
> Menu
> Comunidade de Negócios

Também foram realizadas parcerias com empresas locais, promovendo assim condições diferenciadas para os associados.

Consulte as condições comerciais das empresas parceiras em seu posto de atendimento.

Telefonia Corporativa

Para trazer acesso a planos de telefonia competitivos, o Sicoob Agrocredi oferece aos associados planos das principais operadoras, aparelhos celulares com os melhores custos do mercado, parcelado em até 24 vezes sem juros, com débito direto em conta corrente ou através de Linha de Crédito.

2021	11.747 associados	21.954 linhas
------	-------------------	---------------

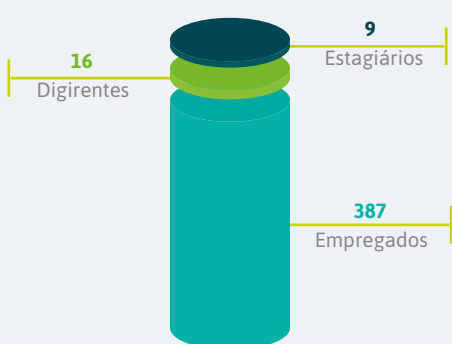
Capital Humano

Para alcançar nosso propósito de conectar pessoas, é fundamental incluir aquelas que, diariamente, cooperam para que isso seja possível. Nosso quadro é composto por dirigentes, empregados e estagiários.

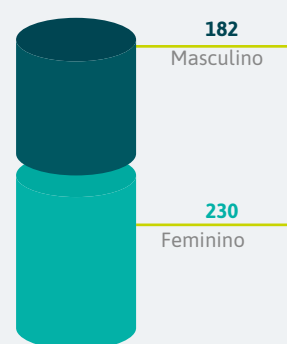
O quadro de dirigentes é composto por membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal; empregados e estagiários, compreendem os demais profissionais.

Ao final de 2021 a composição de nosso quadro funcional era de 412 pessoas, lotadas em nossa Unidade Administrativa e Postos de atendimento.

Quadro de pessoal total



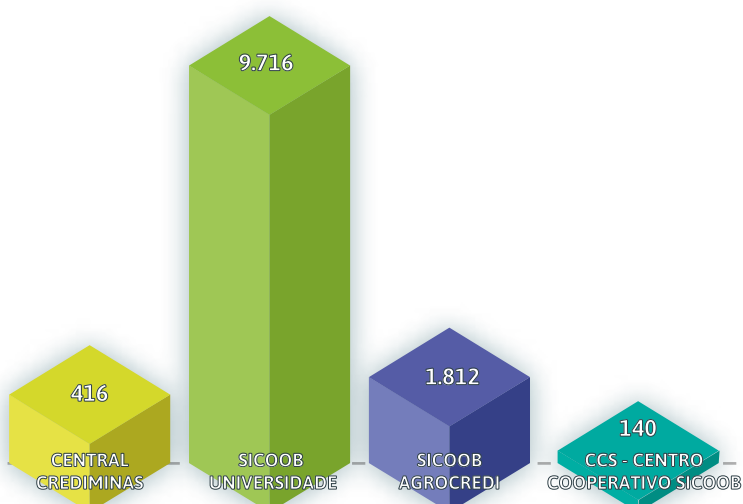
Quadro Total - gênero



Desenvolvimento de pessoas

Alinhados ao planejamento estratégico, a estratégia de recursos humanos busca atrair, desenvolver e reter pessoas promovendo a formação, conexão com os propósitos cooperativistas e a cultura de propósito para que, as pessoas que estão conosco compreendam a importância de suas contribuições para a prosperidade dos associados e das comunidades. Fazemos isso investindo em salários, benefícios competitivos e oportunidades de capacitação, através das iniciativas educacionais como concessão de bolsas de estudo e cursos. No total foram disponibilizados 390 capacitações e cursos com o registro de mais de 12* mil participações.

Participações em capacitações e cursos



Entidade responsável x quantidade de capacitações e cursos ofertados

* Os colaboradores podem participar de mais de uma capacitação/curso ofertado.

O direcionamento para obtenção de dados de capacitações do Sicoob Central Crediminas e do CCS são realizados pela Central.

Benefícios

Os benefícios que proporcionamos aos nossos colaboradores estão alinhados com as melhores práticas de mercado e incluem plano de saúde, seguros, auxílio-creche/babá, vale alimentação e/ou vale refeição, vale transporte, previdência complementar e premiação semestral. Também são concedidos os demais benefícios previstos nas Convenções e/ou Acordos coletivos de trabalho.

INTEGRIDADE

Medidas para combater fraudes e a corrupção.

O Sicoob Agrocredi segue a Política Institucional de Divulgação de Informações sistêmica, que visa estabelecer as diretrizes aplicáveis à divulgação de informações (Relatório de Pilar 3) referentes ao Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento de Capital. Na tabela OVA são descritos os objetivos e as políticas de gerenciamento de riscos, com destaque para:

- a) a interação entre o modelo de negócios o perfil de riscos da instituição;
- b) a governança do gerenciamento de riscos;
- c) os canais de disseminação da cultura de riscos na instituição;
- d) o escopo e principais características do processo de mensuração de riscos;
- e) o processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração e à diretoria;
- f) as informações qualitativas sobre o teste de estresse;
- g) as estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade e breve descrição do gerenciamento de capital.

No primeiro trimestre de 2021 foi realizada uma campanha de dicas de segurança nos canais de atendimento, que abordava essencialmente conceitos de segurança e privacidade, bem como, orientava os usuários para uma melhor utilização dos seus dados pessoais no dia a dia, objetivando a redução de riscos de golpes e fraudes.

No terceiro trimestre, foi realizado um encontro com os colaboradores, onde a Central Crediminas expôs um conteúdo específico sobre a gestão integrada de riscos. Assim, foi possível que todos os profissionais pudessem correlacionar suas atividades aos objetivos estratégicos na mitigação, aceitação ou transferência de riscos.

Em conformidade com o Pacto de Ética do Sicoob, o Sicoob Agrocredi também aderiu ao Programa de Integridade, que coloca regras para os entes do Sicoob e ratifica o engajamento com a integridade nas relações, o cumprimento

das leis, das normas e das orientações pertinentes aos negócios e o combate à corrupção. Os colaboradores também foram gradativamente direcionados a uma capacitação na prevenção de situações de corrupção no ambiente de trabalho.

Com foco no acultramento de técnicas de compliance anticorrupção, no quarto trimestre de 2021 foram realizados encontros segmentados, com toda a estrutura organizacional do Sicoob Agrocredi. A cada oportunidade, o Programa de Compliance Efetivo e seus Pilares foram explicados, buscando envolvimento de todos na melhor vivência das relações internas e externas.

Compliance Overview e Legislação Anticorrupção;

Pilar 1 - Suporte da Alta Administração e Gestão do Departamento de *Compliance*;

Pilar 2 - *Risk Assesment*;

Pilar 3 - Políticas e Código de Conduta;

Pilar 4 - Controles Internos;

Pilar 5 - Comunicação e Treinamento;

Pilar 6 - Canais de Denúncias;

Pilar 7 - Investigação Interna e Report;

Pilar 8 - *Due Diligence*;

Pilar 9 - Auditoria e Monitoramento;

Compliance Digital e *Compliance Trabalhista*;

Casos Práticos.

Ao mesmo tempo, um compilado destas informações foi organizado, e disponibilizado nas redes sociais e YouTube da Cooperativa, para acesso de toda a comunidade.



Web Série
Programa Compliance Efetivo





AMBIENTAL



A sustentabilidade evoluiu de ideais aspiracionais para soluções reais. Por isso, estamos fazendo o que sabemos melhor: dialogar, financiar, aconselhar e inovar.

As finanças têm papel relevante para alcançar um modelo de desenvolvimento econômico, produção e consumo que esteja em harmonia com os limites ambientais e, ao mesmo tempo, contribua para a redução das desigualdades. A transição para um modelo econômico mais sustentável e circular requer investimentos e torna as instituições financeiras grandes impulsionadoras desse desafio que envolve diversas partes interessadas, razão pela qual as finanças sustentáveis continuam ganhando força em todo o mundo com um papel cada vez mais importante na redefinição das atividades econômicas.

Política de Responsabilidade Socioambiental nas operações de Crédito

Aplicamos o princípio da precaução e nossa Política de Responsabilidade Socioambiental nas operações de crédito que realizamos. Nosso gerenciamento de risco socioambiental consiste na identificação, na classificação, na avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Nossa Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) sistêmica adere à Resolução CMN nº 4.327/2014, adotada por todas as entidades Sicoob. Por sua vez, a PRSA apresenta princípios e diretrizes que norteiam as ações socioambientais do Sicoob Agrocredi, complementada pelos manuais de procedimentos internos.

Nosso processo de gerenciamento de riscos socioambientais consiste na avaliação dos impactos potencialmente negativos em relação aos riscos sociais, ambientais e de reputação, utilizando como base os critérios de elegibilidade à avaliação dos riscos dessa natureza.

Os aspectos considerados nas análises são:

- pessoas (físicas ou jurídicas) autuadas por crime ambiental;
- empregadores envolvidos em atos de exploração de trabalhadores ou submissão destes a

condições análogas à escravidão;

- exploração de mão de obra infantil ou exploração infantil de qualquer natureza;
- setores de negócios com maior exposição ao risco socioambiental;
- linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

Monitoramos a efetividade de nossa análise de riscos socioambientais por meio de auditoria interna de RSA, as quais foram realizadas nos últimos cinco exercícios (2017 a 2021), não tendo sido identificados apontamentos relevantes quanto à qualidade dos controles de gerenciamento do risco socioambiental.

Descarte consciente

O Sicoob Agrocredi possui programa de descarte de equipamentos eletrônicos utilizados na Cooperativa. O recolhimento é feito por empresas parceiras especializadas, que dão a destinação adequada. Em 2021 foram realizados o descarte de 13 unidades de Terminais de Autoatendimento, 04 unidades de Totem gerenciador de Atendimento, conforme Certificados de Descaracterização e Destinação de Resíduos.

Também foram realizados o descarte de lixo eletrônico (telefones, aparelho celular, alarme, fontes, teclados, monitores, mouse, impressoras, baterias de celular, pilhas e lâmpadas): 180 quilos, conforme Certificados de Destinação Final de Resíduos.

Houve também o descarte de Sucata de bateria de chumbo = logística reversa do fabricante MOURA: 3.250,05 quilos, conforme Certificados de Reciclagem.

As transações digitais e a otimização dos processos por meio da digitalização estão reduzindo os impactos ao meio ambiente ocasionados pela produção, pelo uso e pelo descarte dos materiais, principalmente do papel. Além do meio ambiente, essa redução tem um impacto econômico que beneficia diretamente os cooperados. Para o uso consciente de recursos, mantemos campanhas frequentes, inclusive as que incentivam os cooperados a adotarem as faturas digitais.

No exercício, foram reciclados 10.270 quilos de Papel branco e misto, oriundo dos processos internos nos Postos de Atendimento e Unidade Administrativa e arquivo morto. Estes papéis foram destinados para descaracterização e reciclagem, conforme Certificados de Descaracterização Final - CDF.

Energia Renovável

Considerada uma das mais sustentáveis do mundo, a Energia fotovoltaica, é considerada renovável e limpa, uma vez que não emite poluentes nem utiliza matérias-primas escassas na natureza. A energia fotovoltaica também contribui para a diminuição da poluição sonora. Assim, com a instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica na Cooperativa, foi possível a geração de 213.962 KWh em 2021.





GOVERNANÇ

Nossa estrutura de governança corporativa incentiva o diálogo, o envolvimento aberto, a tomada de decisões democráticas e a participação dos nossos membros.

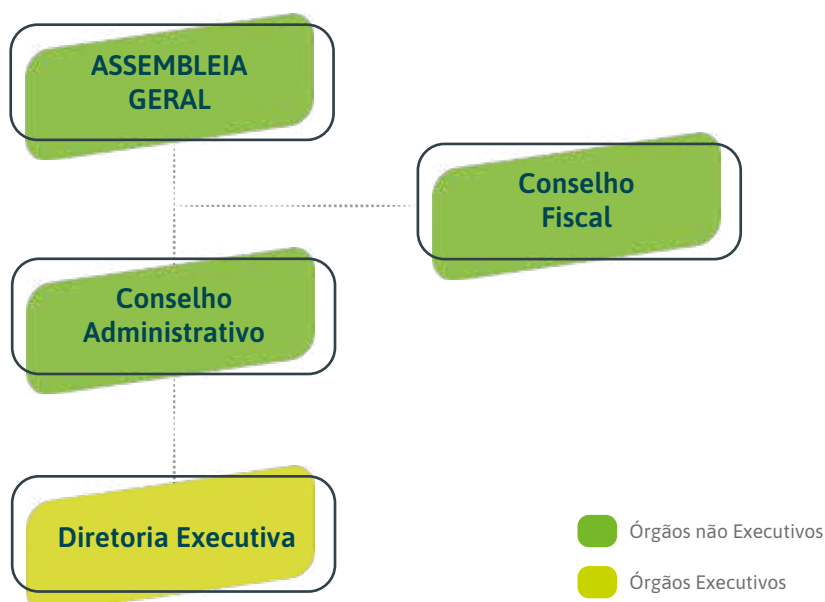
Como sociedade de pessoas, as cooperativas são geridas por seus membros eleitos democraticamente nas assembleias dos associados. Estes compõem os órgãos de governança que devem garantir que os objetivos sociais da cooperativa sejam alcançados em alinhamento com os interesses dos associados.

A principal função dos organismos de governança é fortalecer as boas práticas e garantir que órgãos executivos e não executivos se empenhem no alcance dos objetivos dos associados, preservando, acima de tudo, o interesse coletivo.

A ética nos negócios e as boas práticas de governança abrangem os papéis dos agentes da governança corporativa, contudo, não se limitam ao comportamento das pessoas. Compreendem assumir responsabilidade ética em todos os processos de negócios. No coração da governança cooperativa está a participação dos membros: pessoas que estão diretamente envolvidas no negócio. Embora a boa governança seja um esforço em todas as organizações, em uma cooperativa, ela tem particular importância.

A estrutura básica das cooperativas é o que mais as distingue de outros modelos de negócios. Uma cooperativa é formada pelos seus membros que compõe o quadro social e têm opinião direta sobre como a cooperativa se desenvolve, com participação garantida nas decisões da organização. Portanto, decorrente da natureza do negócio cooperativo, nossa estrutura de governança possui órgãos e dispositivos específicos, segundo os princípios do cooperativismo e embasados em nossos valores.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SICOOB AGROCREDI - ALTA ADMINISTRAÇÃO



Assembleia Geral: Podem ser ordinárias ou extraordinárias, configuram o órgão supremo da Governança Cooperativa, com poderes, nos limites da Lei e dos Estatutos Sociais, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

Conselho de Administração: mais alto órgão interno de decisão. É constituído por membros eleitos em Assembleia Geral e representa os associados na administração da cooperativa.

Conselho Fiscal: A administração da cooperativa é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, técnico, constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos associados e eleitos em Assembleia Geral.

Diretoria Executiva: sua função é cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração, desempenhando atribuições executivas e/ou operacionais. A Diretoria Executiva do Sicoob Agrocredi é composta por quatro diretores, Diretor Administrativo, Diretor de Negócios, Diretor Operacional e Diretor de Gestão de Riscos e de Capital.

Em um Sistema Cooperativo como o Sicoob Agrocredi, a participação dos membros é sempre um desafio. Estamos sempre trabalhando para encontrar outras maneiras de engajamento, atentos às preferências dos membros e a soluções sistêmicas e locais para atrair, inclusive, o movimento mais jovem ao cooperativismo, para que esse possa se conectar ao processo de governança.

Para garantir a eficiência estratégica, perenidade e a sustentabilidade nos negócios e na Cooperativa, alguns itens são indispensáveis quando se fala em governança:

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico (PE) é crucial para manter a perenidade e sustentabilidade de qualquer negócio. Diante às incertezas econômicas, políticas e constantes mudanças no mercado, estruturar um plano de ação, definir objetos e traçar metas contribuiu significativamente para minimizar os impactos de mudanças nos ambientes interno e externo.

O Planejamento Estratégico é organizado pelo modelo balanced scorecard—BSC onde o foco deve ser o associado e a sociedade em que o Sicoob Agrocredi participa. Para o melhor atendimento do associado são necessárias pessoas capacitadas e para isto o Sicoob Agrocredi deve incentivar a capacitação e a inovação. Com pessoas capacitadas, os processos são padronizados e melhorados, gerando mais negócios e satisfação do associado. Como consequência da satisfação do associado, é possível o atingimento das metas financeiras gerando mais valor para o associado e comunidade.

Pacto de Ética

O Pacto de Ética do Sicoob Agrocredi é sistêmico e inspira nossas decisões e expressa a conduta que elegemos coletivamente para nosso convívio. Harmoniza os valores pessoais e os profissionais com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes que foram reconhecidos como parte da nossa identidade. O Pacto de Ética é compartilhado com todos os

colaboradores e dirigentes, que passam a ter acesso à formação sobre ética disponibilizada pela nossa plataforma de aprendizagem educacional. Os novos colaboradores, dirigentes e membros dos conselhos, ao ingressarem no Sicoob Agrocredi, assumem o mesmo compromisso e a mesma formação. A partir desse compromisso firmado, cada um deles assume a responsabilidade de zelar pelo seu cumprimento.

Políticas

Possuímos diretrizes padronizadas através da parametrização de políticas de âmbito interno, que refletem e direcionam os trabalhos bem como as de âmbito externo, que abrangem os assuntos de maior relevância aos associados. Segurança e Privacidade, Política Institucional de Segurança cibernética e Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental.

O acesso dos Associados ao Planejamento Estratégico, Pacto de Ética e às Políticas é feito através do nosso site, no menu O Sicoob > relatórios > Informações aos associados.

Reconhecimentos

Nossos reconhecimentos nos dizem que estamos no caminho certo.

- Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão

O Sistema OCB reconheceu, em dezembro de 2021, por meio do Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão, as cooperativas brasileiras que promoveram o aumento da qualidade e da competitividade do modelo de negócios cooperativista com a adoção de boas práticas de identidade, governança e gestão. Entre as 103 premiadas em todo o país estava o Sicoob Agrocredi, que conquistou a Prata na categoria Primeiros Passos para a Excelência.

- Prêmio Minas Desempenho Empresarial

Em solenidade ocorrida em outubro de 2021, o Sicoob Agrocredi também foi reconhecido no XXI Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas, promovido pela publicação MercadoComum. Vencedora na categoria Finanças, a cooperativa foi condecorada com um diploma, em valorização à contribuição para o crescimento da economia mineira. A premiação tem como objetivo reconhecer iniciativas privadas e os empreendedores de destaque, promovendo o reconhecimento das organizações que contribuem diretamente para a construção de uma Minas e de um Brasil melhores e mais justos.

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA. - SICOOB AGROCREDI na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB AGROCREDI completou 29 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB AGROCREDI obteve um resultado de R\$ 54.602.022 dos quais R\$ 1.420.278 foram destinados ao pagamento de juros ao capital.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 871.018.095,98. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 563.070.518,33.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	180.394.280,84	32,04%
Carteira Comercial	382.676.237,49	67,96%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 11,04% da carteira, no montante de R\$ 62.171.753,31.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 993.959.760,56, apresentaram uma variação de 14,79% em relação a dezembro de 2020.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	372.523.828,92	37,48%
Depósitos Sob Aviso	1.734.872,14	0,17%
Depósitos a Prazo	538.484.095,91	54,18%
LCA	77.338.990,13	7,78%
LCI	3.877.973,46	0,39%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 12,40% da captação, no montante de R\$ 125.764.391,81.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB AGROCREDI em 31.12.2021 atingiu o valor de R\$ 320.602.091. O quadro de associados era composto por 64.976 cooperados, havendo um acréscimo de 16,22% em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB AGROCREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,64% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma equipe de Controles Internos, Riscos e *Compliance* dirigida diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução 4.557/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB AGROCREDI aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB AGROCREDI registrou 106 (cento e seis) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das reclamações, 23 (vinte e três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

GANHO ECONÔMICO SOCIAL

O Ganho Econômico Social é um indicador do sistema cooperativo e apresenta as economias proporcionadas aos associados pelo Sicoob Agrocredi, em comparação aos valores que seriam desembolsados ou que os associados deixariam de receber efetuando suas operações no sistema financeiro tradicional.

Esse indicador é formado pela soma das economias em juros e tarifas¹ com o Resultado do exercício (sobras mais juros ao capital).

Estes valores representam recursos que permanecem com os cooperados ou retornam a eles e contribuem para o desenvolvimento social e econômico de suas regiões, pois são aplicados em negócios locais, gerando empregos e renda.

R\$ 123.748.634

**ECONOMIA
COM JUROS
E ENCARGOS**

R\$ 23.556.620

**ECONOMIA
EM TARIFAS**

R\$ 54.602.023

**RESULTADO
FINANCEIRO**

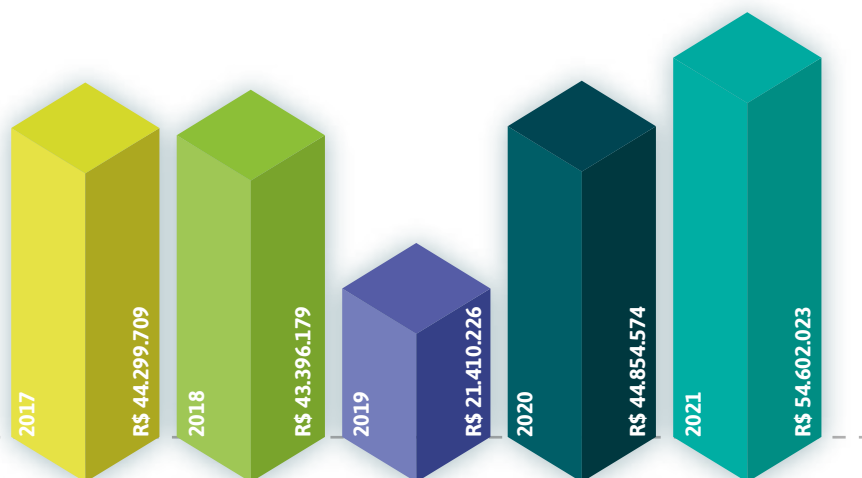
R\$ 201.907.277

**RESULTADO
SOCIAL
ECONÔMICO**

R\$ 3.347

**GANHO
MÉDIO POR
ASSOCIADO**



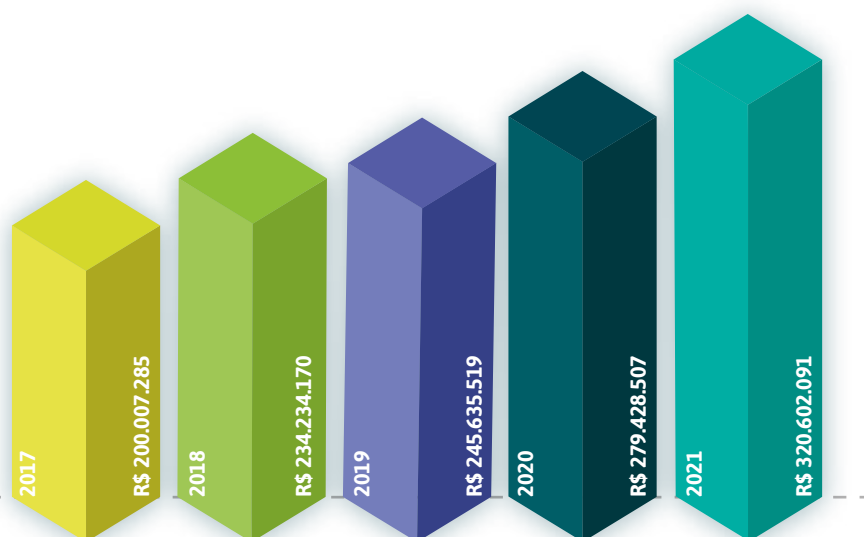
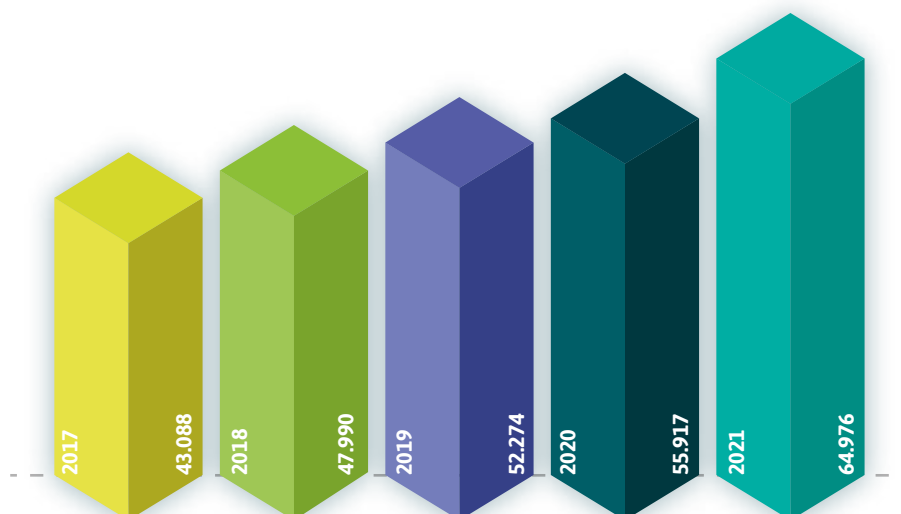


RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apresentou crescimento de **21,7%** em relação ao exercício anterior. A cifra **R\$ 54.602.023** representa o maior resultado da Cooperativa.

QUADRO SOCIAL

Em 2021 um total de 9.059 novos cooperados ingressaram na Cooperativa. O ponto relevante foi o aumento do número de associados que se associam com a Cooperativa e abrem sua conta corrente pelo aplicativo Sicoob.

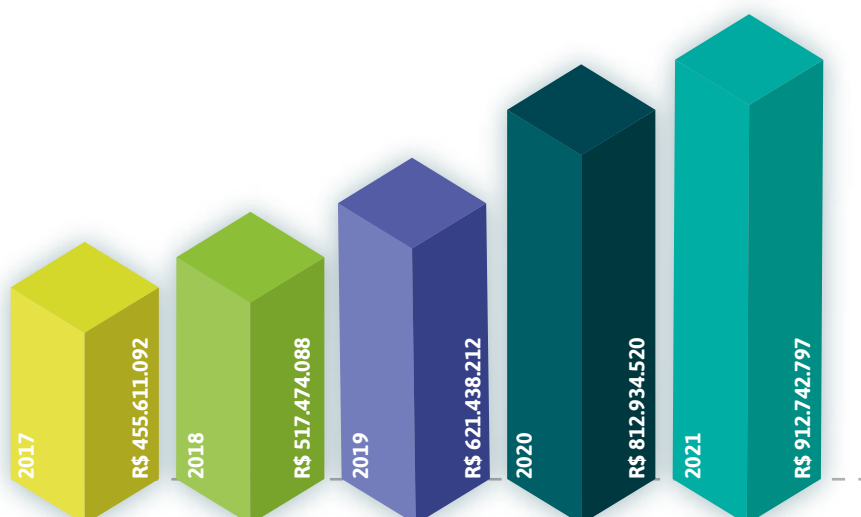
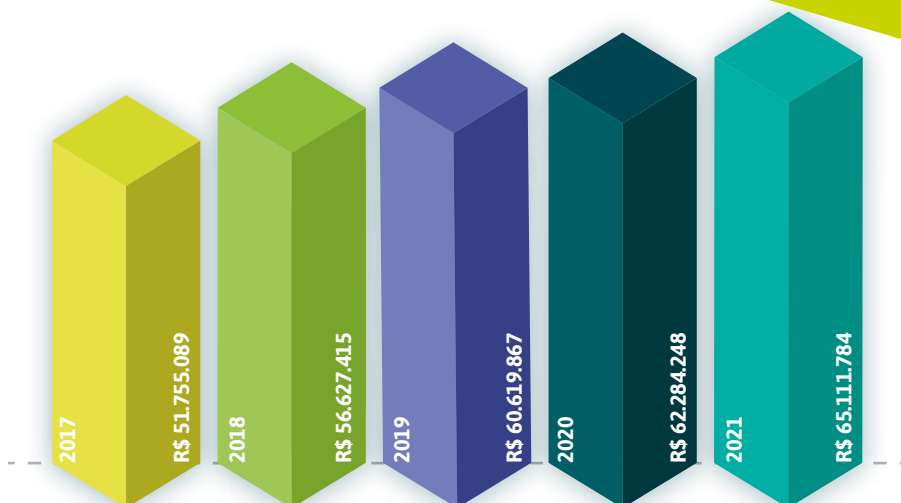


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido apurado ao final do exercício de 2021 foi **R\$ 320.602.091**, crescimento de **14,7%** quando comparado a 2020.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social registrou o montante de **R\$ 65.111.784**, crescimento de **4,5%** em relação ao exercício anterior.

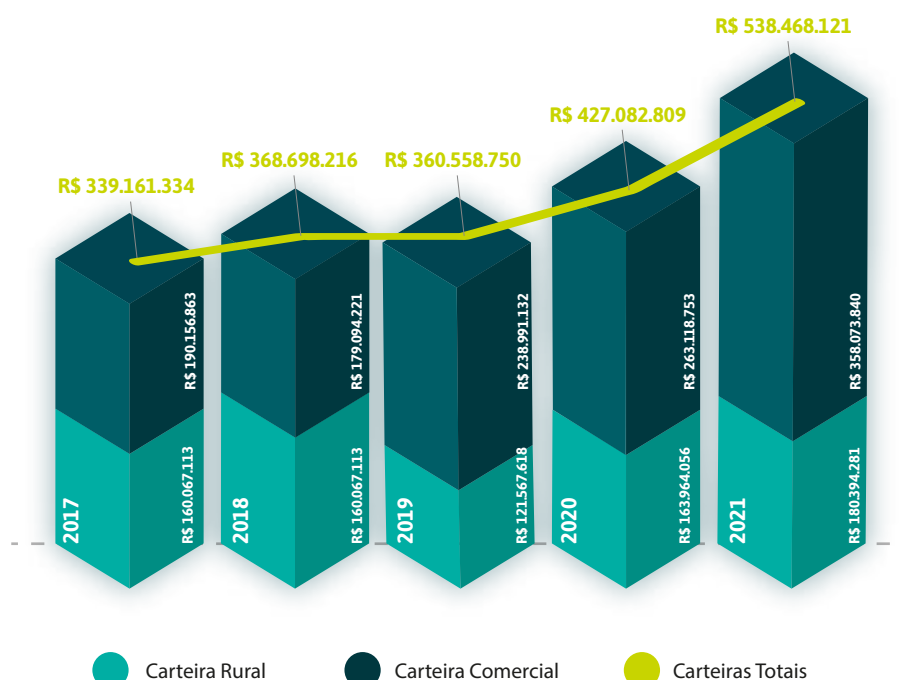


DEPÓSITOS TOTAIS

Os depósitos totais no exercício de 2021 foram de **R\$ 912.742.797**. Este valor representa um crescimento de **12,3%** em relação ao exercício anterior.

CARTEIRAS TOTAIS

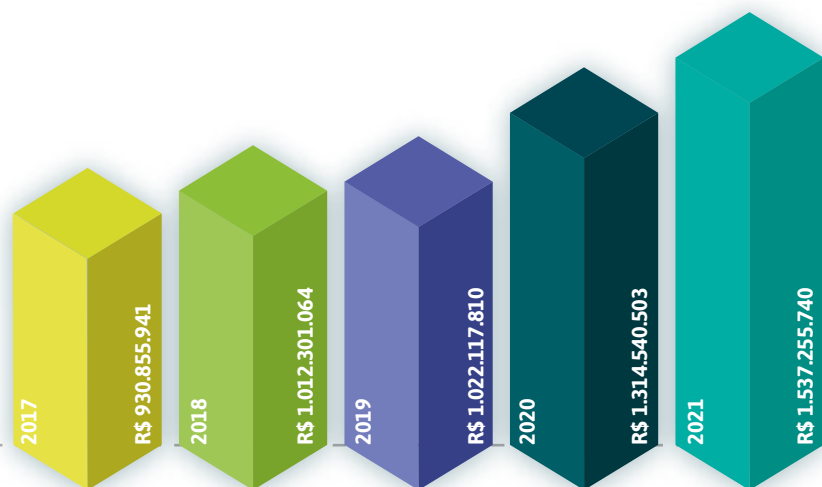
As carteiras de crédito apresentaram no exercício de 2021 um total de de **R\$ 538.468.121**. Este valor representa um crescimento de **26,1%** em relação ao exercício anterior.



● Carteira Rural

● Carteira Comercial

● Carteiras Totais

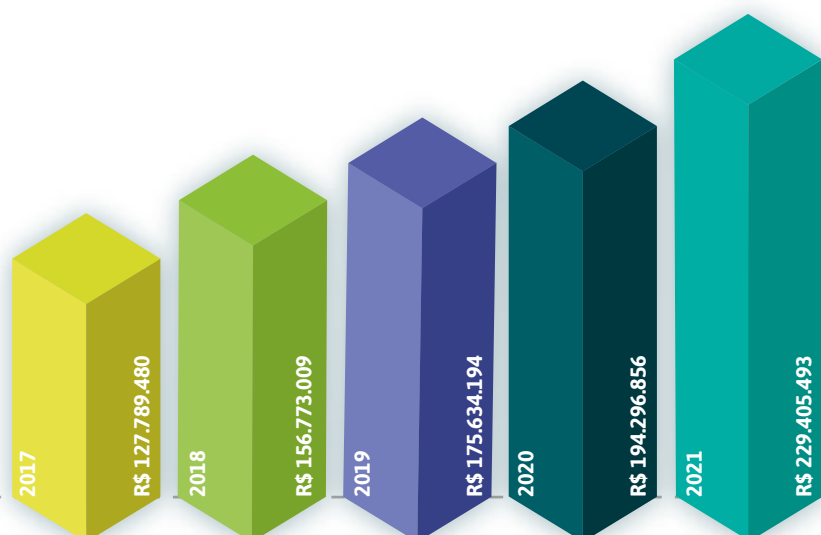
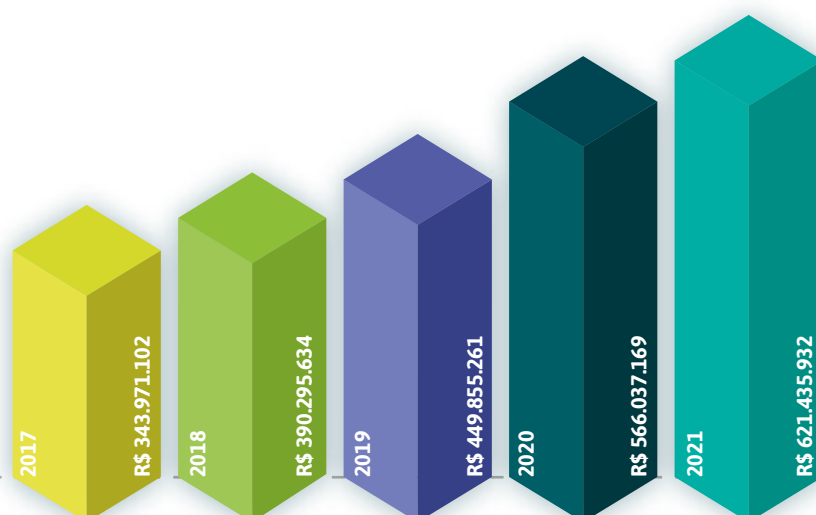


ATIVOS TOTAIS

No que diz respeito aos ativos totais, obtivemos o resultado de **R\$ 1.537.255.740**, crescimento de **16,9%** em relação ao exercício anterior.

APLICAÇÕES

As aplicações realizadas na Cooperativa finalizaram o exercício de 2021 em **R\$ 621.435.932**, crescimento de **9,8%** em relação a 2020.



FUNDO DE RESERVA

Ao final do exercício de 2021 o Fundo de Reserva registrou a quantia de **R\$ 229.405.493**, crescimento de **17,5%** quando comparado ao exercício anterior.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.537.255.740,39	1.314.540.503,00
DISPONIBILIDADES	4	15.484.688,86	13.988.881,71
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.478.781.752,23	1.266.456.739,26
Títulos e Valores Mobiliários	5	25.521.942,44	258.159,42
Relações Interfinanceiras	4	871.018.095,98	803.126.158,27
Centralização Financeira		871.018.095,98	803.126.158,27
Operações de Crédito	6	563.070.518,33	452.234.054,53
Outros Ativos Financeiros	7	19.171.195,48	10.838.367,04
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(26.701.610,55)	(26.743.200,91)
(-) Operações de Crédito	6	(24.602.397,36)	(25.151.246,39)
(-) Outras	7	(2.099.213,19)	(1.591.954,52)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	1.038.998,40	103,33
OUTROS ATIVOS	9	4.154.313,95	3.519.565,63
INVESTIMENTOS	10	49.142.796,99	46.532.629,21
IMOBILIZADO DE USO	11	23.588.651,79	17.955.003,80
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(8.233.851,28)	(7.169.219,03)
TOTAL DO ATIVO		1.537.255.740,39	1.314.540.503,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.537.255.740,39	1.314.540.503,00
DEPÓSITOS	12	912.742.796,97	812.934.519,54
Depósitos à Vista		372.523.828,92	299.853.409,21
Depósitos Sob Aviso		1.734.872,14	1.694.129,52
Depósitos à Prazo		538.484.095,91	511.386.980,81
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		245.512.742,01	174.573.687,12
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	81.216.963,59	52.956.058,93
Relações Interfinanceiras	14	58.486.779,93	8.989.376,32
Repasse Interfinanceiros		58.486.779,93	8.989.376,32
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	79.822.782,14	86.248.138,43
Outros Passivos Financeiros	15	25.986.216,35	26.380.113,44
PROVISÕES	17	14.282.061,83	13.471.335,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	5.399.757,30	2.541.687,97
OUTROS PASSIVOS	19	38.716.291,00	31.590.765,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	320.602.091,28	279.428.506,96
CAPITAL SOCIAL		65.111.784,14	62.284.248,40
RESERVAS DE SOBRAS		229.405.492,54	195.296.856,08
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		26.084.814,60	21.847.402,48
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.537.255.740,39	1.314.540.503,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS E PERDAS

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		79.816.752,99	135.972.340,55	108.429.785,93
Operações de Crédito	23	50.946.990,58	96.585.817,99	90.189.293,98
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	28.022.878,03	38.339.130,08	18.228.029,26
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	846.884,38	1.047.392,48	12.462,69
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(28.549.973,21)	(41.974.839,90)	(29.240.728,88)
Operações de Captação no Mercado		(19.219.292,43)	(27.037.218,30)	(14.408.727,61)
Operações de Empréstimos e Repasses	14	(2.253.023,03)	(3.463.915,23)	(2.254.944,14)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(7.077.657,75)	(11.473.706,37)	(12.577.057,13)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		51.266.779,78	93.997.500,65	79.189.057,05
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(17.522.191,65)	(35.379.583,55)	(30.991.652,98)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	12.492.148,32	23.084.029,52	17.958.668,70
Rendas de Tarifas	26	3.937.775,53	7.691.694,85	8.083.384,76
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(19.729.978,54)	(38.748.444,82)	(33.575.170,76)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(17.134.715,84)	(33.323.033,56)	(29.942.570,19)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(984.434,46)	(1.828.297,66)	(1.522.606,84)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	5.990.965,55	11.398.642,83	10.135.977,42
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(2.093.952,21)	(3.654.174,71)	(2.129.336,07)
PROVISÕES	31	(265.527,63)	(811.881,66)	(354.060,79)
Provisões/Reversões para Contingências		(197.910,30)	(295.835,75)	(262.501,36)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(67.617,33)	(516.045,91)	(91.559,43)
RESULTADO OPERACIONAL		33.479.060,50	57.806.035,44	47.843.343,28
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	549.292,58	542.102,96	8.882,43
Lucros em Transações com Valores e Bens		11.972,56	18.503,77	179.436,36
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(7.445,72)	(31.655,99)	(10.668,39)
Ganhos de Capital		10.102,43	48.265,32	25.617,13
Rendas de Aluguel		11.465,00	19.465,00	17.000,00
Outras Rendas Não Operacionais		719.095,74	732.211,14	5.256,80
(-) Perdas de Capital		(120.313,47)	(151.410,35)	(28.119,01)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(30.000,00)	(30.000,00)	(3.372,61)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(45.583,96)	(63.275,93)	(176.267,85)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		34.028.353,08	58.348.138,40	47.852.225,71
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.084.656,93)	(3.746.115,63)	(2.997.413,89)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(1.126.578,76)	(2.160.957,03)	(1.848.059,79)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(958.078,17)	(1.585.158,60)	(1.149.354,10)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		31.943.696,15	54.602.022,77	44.854.811,82
JUROS AO CAPITAL	22	(1.016.687,01)	(1.420.278,11)	(839.816,57)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		30.927.009,14	53.181.744,66	44.014.995,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		31.943.696,15	54.602.022,77	44.854.811,82
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		31.943.696,15	54.602.022,77	44.854.811,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	60.626.038,60	(6.172,00)	175.634.193,85	9.381.458,24	245.635.518,69
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	4.698.588,01	-	-	(9.381.458,24)	(4.682.870,23)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	740.121,00	6.172,00	-	-	746.293,00
Por Devolução (-)	(4.591.841,32)	-	-	-	(4.591.841,32)
Estorno de Capital	(678,00)	-	-	-	(678,00)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	44.854.811,82	44.854.811,82
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(839.816,57)	(839.816,57)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	812.020,11	-	-	-	812.020,11
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	19.662.662,23	(19.662.662,23)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(2.184.740,25)	(2.184.740,25)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(320.190,29)	(320.190,29)
Saldos em 31/12/2020	62.284.248,40	-	195.296.856,08	21.847.402,48	279.428.506,96
Saldos em 31/12/2020	62.284.248,40	-	195.296.856,08	21.847.402,48	279.428.506,96
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	10.923.701,24	(10.923.701,24)	-
Distribuição de sobras para associados	5.453.125,91	-	-	(10.923.701,24)	(5.470.575,33)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	610.869,56	(500,44)	-	-	610.369,12
Por Devolução (-)	(4.641.362,38)	-	-	-	(4.641.362,38)
Reversões de Fundos	-	-	-	323.775,47	323.775,47
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	54.602.022,77	54.602.022,77
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.420.278,11)	(1.420.278,11)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.403,09	-	-	-	1.405.403,09
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	23.184.935,22	(23.184.935,22)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(2.576.103,91)	(2.576.103,91)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.659.666,40)	(1.659.666,40)
Saldos em 31/12/2021	65.112.284,58	(500,44)	229.405.492,54	26.084.814,60	320.602.091,28
Saldos em 30/06/2021	66.146.338,66	(1.057,29)	206.220.557,32	22.254.735,52	294.620.574,21
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	471.363,31	556,85	-	-	471.920,16
Por Devolução (-)	(2.910.820,48)	-	-	-	(2.910.820,48)
Reversões de Fundos	-	-	-	323.775,47	323.775,47
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	31.943.696,15	31.943.696,15
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.016.687,01)	(1.016.687,01)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.403,09	-	-	-	1.405.403,09
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	23.184.935,22	(23.184.935,22)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(2.576.103,91)	(2.576.103,91)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.659.666,40)	(1.659.666,40)
Saldos em 31/12/2021	65.112.284,58	(500,44)	229.405.492,54	26.084.814,60	320.602.091,28

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	34.028.353,08	58.348.138,40	47.852.225,71
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(1.727.897,67)	(1.727.897,67)	(1.215.876,35)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.048.802,08)	(864.721,56)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.077.657,75	11.473.706,37	12.577.057,13
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	67.617,33	516.045,91	91.559,43
Provisões/Reversões Não Operacionais	30.000,00	30.000,00	3.372,61
Provisões/Reversões para Contingências	197.910,30	295.835,75	262.501,36
Atualização de Depósitos em Garantia	(82.553,38)	(132.805,34)	(84.698,65)
Depreciações e Amortizações	1.023.445,84	1.962.538,27	1.527.219,18
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	40.614.533,25	69.716.759,61	60.148.638,86
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(3.013.274,93)	(25.263.783,02)	244.178,62
Operações de Crédito	(54.656.178,66)	(120.556.634,46)	(105.593.317,05)
Outros Ativos Financeiros	(7.041.914,60)	(9.995.149,17)	(1.176.603,93)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(570.567,15)	(1.038.895,07)	(103,33)
Outros Ativos	310.068,96	(664.748,32)	(1.479.335,88)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	30.072.844,99	72.670.419,71	100.927.304,22
Depósitos sob Aviso	57.040,71	40.742,62	54.976,99
Depósitos à Prazo	26.706.365,30	27.097.115,10	90.514.025,90
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	(6.591.513,81)	28.260.904,66	25.612.904,94
Relações Interfinanceiras	45.654.473,55	49.497.403,61	8.744.798,28
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.336.387,36	(6.425.356,29)	21.003.485,98
Outros Passivos Financeiros	24.092.836,33	(393.897,09)	8.622.152,17
Provisões	4.655,16	(1.155,47)	45.646,77
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.495.579,45	2.858.069,33	67.331,91
Outros Passivos	1.261.799,65	5.705.247,12	1.843.200,50
FATES - Atos Cooperativos	(2.576.103,91)	(2.576.103,91)	(2.184.740,25)
FATES - Atos Não Cooperativos	(1.659.666,40)	(1.659.666,40)	(320.190,29)
Imposto de Renda	(1.126.578,76)	(2.160.957,03)	(1.848.059,79)
Contribuição Social	(958.078,17)	(1.585.158,60)	(1.149.354,10)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	106.412.708,32	83.525.156,93	204.076.940,52
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	31.324,77	82.971,89
Distribuição de Sobras da Central	-	1.017.477,31	781.749,67
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.727.897,67	1.727.897,67	1.215.876,35
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.658.724,01)	(6.531.554,01)	(4.695.245,27)
Aquisição de Investimentos	(1.864.403,73)	(2.610.167,78)	(1.559.563,39)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(2.795.230,07)	(6.365.022,04)	(4.174.210,75)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	471.920,16	610.369,12	746.293,00
Devolução de Capital à Cooperados	(2.910.820,48)	(4.641.362,38)	(4.591.841,32)
Estorno de Capital	-	-	(678,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(5.470.575,33)	(4.682.870,23)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.403,09	1.405.403,09	812.020,11
Reversões de Fundos	323.775,47	323.775,47	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(709.721,76)	(7.772.390,03)	(7.717.076,44)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	102.907.756,49	69.387.744,86	192.185.653,33
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	783.595.028,35	817.115.039,98	624.929.386,65
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	886.502.784,84	886.502.784,84	817.115.039,98
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	102.907.756,49	69.387.744,86	192.185.653,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA. - SICOOB AGROCREDI** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/05/1992**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB AGROCREDI**, sediado à **RUA CAPITÃO JOAQUIM NORBERTO, Nº 105, CENTRO, GUAXUPÉ - MG**, possui **27** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GUAXUPÉ - MG, SERRANIA - MG, MONTE SANTO DE MINAS - MG, CABO VERDE - MG, CACONDE - SP, ANDRADAS - MG, NOVA RESENDE - MG, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SP, ALFENAS - MG, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA - SP, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP, SANTA RITA DE CALDAS - MG, DIVINOLÂNDIA - SP, BOTELHOS - MG, CAMPESTRE - MG, IPIÚNA - MG, DIVISA NOVA - MG, SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP, ITOBI - SP, ÁGUAS DA PRATA - SP, BANDEIRA DO SUL - MG, MUZAMBINHO - MG, POÇOS DE CALDAS - MG, CALDAS - MG, TAPIRATIBA - SP.**

O **SICOOB AGROCREDI** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 02/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas,

como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA. - SICOOB AGROCREDI** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	15.484.688,86	13.988.881,71
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	871.018.095,98	803.126.158,27
TOTAL	886.502.784,84	817.115.039,98

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN n° 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	28.022.878,03	38.339.130,08	18.228.029,26

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	25.521.942,44	0,00	0,00	0,00
Títulos dados em Garantia - Outros	0,00	0,00	258.159,42	0,00
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25.521.942,44	0,00	258.159,42	0,00
TOTAL	25.521.942,44	0,00	258.159,42	0,00

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	846.884,38	1.047.392,48	12.462,69
TOTAL	846.884,38	1.047.392,48	12.462,69

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	178.125.862,37	117.949.927,06	296.075.789,43	146.270.955,57	116.991.951,60	263.262.907,17
Financiamentos	29.705.906,40	56.894.541,66	86.600.448,06	18.689.792,94	39.800.664,72	58.490.457,66
Financiamentos Rurais	159.070.755,84	21.323.525,00	180.394.280,84	122.651.268,07	7.829.421,63	130.480.689,70
Total de Operações de Crédito	366.902.524,61	196.167.993,72	563.070.518,33	287.612.016,58	164.622.037,95	452.234.054,53
(-) Provisões para Operações de Crédito	(15.170.404,98)	(9.431.992,38)	(24.602.397,36)	(15.214.749,02)	(9.936.497,37)	(25.151.246,39)
TOTAL	351.732.119,63	186.736.001,34	538.468.120,97	272.397.267,56	154.685.540,58	427.082.808,14

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	32.226.048,01	8.864.297,95	49.601.883,65	90.692.229,61	-	39.101.558,38	-
A 0,5% Normal	79.231.263,85	32.535.663,71	87.904.849,81	199.671.777,37	(998.358,89)	189.958.420,12	(945.117,75)*
B 1% Normal	70.139.142,04	27.535.147,93	28.092.978,04	125.767.268,01	(1.257.672,68)	99.681.267,05	(996.812,67)
B 1% Vencidas	449.011,31	49.369,16	0,00	498.380,47	(4.983,80)	211.106,61	(2.111,07)
C 3% Normal	71.126.891,52	13.990.882,06	13.019.852,03	98.137.625,61	(2.944.128,77)	75.063.794,37	(2.251.913,83)
C 3% Vencidas	1.103.309,02	136.440,43	11.591,32	1.251.340,77	(37.540,22)	834.188,43	(25.025,65)
D 10% Normal	14.547.724,57	2.461.335,24	496.219,83	17.505.279,64	(1.750.527,96)	17.688.459,21	(1.768.848,41)
D 10% Vencidas	3.098.886,08	71.466,67	184.228,51	3.354.581,26	(335.458,13)	774.442,96	(77.444,30)
E 30% Normal	5.598.539,57	171.227,67	51.611,16	5.821.378,40	(1.750.531,20)	5.165.671,24	(1.549.701,37)
E 30% Vencidas	1.816.315,77	23.801,34	0,00	1.840.117,11	(552.035,13)	2.186.028,69	(655.808,61)
F 50% Normal	2.144.123,86	84.733,05	0,00	2.228.856,91	(1.114.428,45)	4.297.974,35	(2.148.987,18)
F 50% Vencidas	1.249.236,46	79.830,62	0,00	1.329.067,08	(664.533,54)	1.808.821,83	(904.410,92)
G 70% Normal	822.551,90	53.025,72	1.031.066,49	1.906.644,11	(672.407,89)*	1.762.223,29	(728.529,81)*
G 70% Vencidas	1.685.448,38	121.441,10	0,00	1.806.889,48	(1.264.822,64)	828.754,90	(580.128,43)
H 100% Normal	3.495.027,51	175.330,12	0,00	3.670.357,63	(3.670.357,63)	6.348.887,52	(5.993.950,81)*
H 100% Vencidas	7.342.269,58	246.455,29	0,00	7.588.724,87	(7.588.724,87)	6.522.455,58	(6.522.455,58)
Total Normal	279.331.312,83	85.871.643,45	180.198.461,01	545.401.417,29	(14.154.299,03)	439.068.255,53	(16.383.861,83)
Total Vencidos	16.744.476,60	728.804,61	195.819,83	17.669.101,04	(10.448.098,33)	13.165.799,00	(8.767.384,56)
Total Geral	296.075.789,43	86.600.448,06	180.394.280,84	563.070.518,33	(25.602.397,36)	452.234.054,53	(25.151.246,39)
Provisões	(21.547.641,93)	(1.800.326,22)	(1.254.429,21)	(24.602.397,36)		(25.151.246,39)	
Total Líquido	274.528.147,50	84.800.121,84	179.139.851,63	538.468.120,97		427.082.808,14	

* Foram realizadas reduções nas provisões de nível G, em relação ao percentual calculado de 70%, em 2021, e de níveis A, G e H, em relação ao percentual calculado de 0,5%, 70% e 100%, respectivamente, em 2020, em virtude de operações renegociadas vinculadas ao PESA, conforme disposto pela Resolução CMN nº 2.471/98 que autoriza a renegociação de dívidas originárias de crédito rural sob condições especiais. Esta renegociação está condicionada à aquisição, pelos devedores, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais atuam como garantia do principal. Os contratos ativos em 31/12/2021 estavam assim compostos:

Nível Risco	Produto	Saldo Devedor 2021	Provisão 2021	Saldo Devedor 2020	Provisão 2020
AA	Crédito Rural	-	-	133.537,84	0,00
A	Crédito Rural	-	-	999.199,49	321,65
G	Crédito Rural	1.031.066,49	59.503,56	875.324,26	107.700,49
H	Crédito Rural	-	-	359.195,04	4.258,33
Total		1.031.066,49	59.503,56	2.367.256,63	112.280,47

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	98.769.141,33	79.356.721,04	117.949.927,06	296.075.789,43
Financiamentos	8.094.301,03	21.611.605,37	56.894.541,66	86.600.448,06
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.699.705,06	149.371.050,78	21.323.525,00	180.394.280,84
TOTAL	116.563.147,42	250.339.377,19	196.167.993,72	563.070.518,33

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	86.227.213,04	13.480.176,27	101.188,08	99.808.577,39	17,73%
Setor Privado - Indústria	17.660.958,73	6.486.674,14	0,00	24.147.632,87	4,29%
Setor Privado - Serviços	80.367.075,21	11.900.442,54	0,00	92.267.517,75	16,39%
Pessoa Física	110.139.707,51	54.532.338,19	180.240.813,51	344.912.859,21	61,26%
Outros	1.680.834,94	200.816,92	52.279,25	1.933.931,11	0,34%
TOTAL	296.075.789,43	86.600.448,06	180.394.280,84	563.070.518,33	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	25.151.246,39	28.436.399,22
Constituições/Reversões no período	9.171.965,86	10.632.859,36
Transferência para prejuízo no período	(9.720.814,89)	(13.918.012,19)
Saldo Final	24.602.397,36	25.151.246,39

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	11.674.992,90	2,07%	14.518.842,95	3,22%
10 Maiores Devedores	43.671.623,89	7,76%	42.357.580,28	9,40%
50 Maiores Devedores	94.925.834,18	16,86%	87.672.416,28	19,46%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	69.662.187,82	64.510.354,98
Valor das operações transferidas no período	11.515.302,84	15.115.002,15
Valor das operações recuperadas no período	(6.923.735,53)	(6.613.421,14)
Valor das operações renegociadas no período	(2.130.347,73)	(2.229.199,15)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(588.513,40)	(1.120.549,02)
Saldo Final	71.534.894,00	69.662.187,82

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito".

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	2.568.169,65	0,00	1.804.557,00	0,00
Rendas a Receber (b)	8.525.243,85	0,00	1.362.617,74	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	130.835,89	0,00	83.284,32	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	7.946.946,09	0,00	7.587.907,98
TOTAL	11.224.249,39	7.946.946,09	3.250.459,06	7.587.907,98

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 110.374,79), Rendas de Cartões (R\$ 1.156.886,19) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 7.003.340,63) e outros (R\$ 254.642,24);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 114.215,32) e outros (R\$ 16.620,57);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 1.355.485,24), Pis Folha (R\$ 1.898.586,84), COFINS (R\$ 4.567.409,31) e outros (R\$ 125.464,70).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.099.213,19)	0,00	(1.591.954,52)	0,00
TOTAL	(2.099.213,19)	0,00	(1.591.954,52)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30% Normal	0,00	0,00	0,00	104.332,33	(31.299,70)
E	30% Vencidas	358.901,91	358.901,91	(107.670,57)	95.230,60	(28.569,18)
F	50% Normal	0,00	0,00	0,00	15.835,04	(7.917,52)
F	50% Vencidas	230.203,25	230.203,25	(115.101,63)	85.462,09	(42.731,05)
G	70% Normal	0,00	0,00	0,00	12.580,40	(8.806,28)
G	70% Vencidas	342.079,47	342.079,47	(239.455,97)	61.619,60	(43.133,85)
H	100% Normal	0,00	0,00	0,00	13.123,36	(13.123,36)
H	100% Vencidas	1.636.985,02	1.636.985,02	(1.636.985,02)	1.416.373,58	(1.416.373,58)
Total Normal		0,00	0,00	0,00	145.871,13	(61.146,86)
Total Vencidos		2.568.169,65	2.568.169,65	(2.099.213,19)	1.658.685,87	(1.530.807,66)
Total Geral		2.568.169,65	2.568.169,65	(2.099.213,19)	1.804.557,00	(1.591.954,52)
Provisões		(2.099.213,19)	(2.099.213,19)		(1.591.954,52)	
Total Líquido		468.956,46	468.956,46		212.602,48	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	1.038.998,40	0,00	103,33	0,00
TOTAL	1.038.998,40	0,00	103,33	0,00

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	93.879,22	0,00	89.776,52	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	576.939,68	0,00	79.175,96	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	4.296,50	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	60.603,62	0,00	183.047,21	0,00
Material em Estoque	0,00	0,00	253.889,39	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	3.682.183,96	0,00	2.731.564,19	0,00
(-) Prov. Desv. Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Rec. (c)	(503.976,59)	0,00	(473.976,59)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	240.387,56	0,00	656.088,95	0,00
TOTAL	4.154.313,95	0,00	3.519.565,63	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 39.207,06), Seguros Contratados a Receber (R\$ 9.144,44), Plano de Saúde a Receber (R\$ 630,00), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$ 10.641,32) e outros (R\$ 980,80);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	48.047.369,12	45.468.526,59
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	1.095.427,87	1.064.102,62
TOTAL	49.142.796,99	46.532.629,21

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB**.

11. Imobilizado de Uso

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e Equipamentos em Estoque		10.707,00	0,00
Imobilizado em Curso (a)		1.747.044,66	1.464.721,03
Terrenos		1.300.000,00	600.000,00
Edificações	4%	933.027,14	932.546,14
Instalações	10%	2.099.924,52	1.358.355,60
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.623.421,94	3.947.616,84
Sistema de Processamento de Dados	20%	8.417.553,93	5.959.784,17
Sistema de Segurança	10%	1.800.691,45	1.718.220,46
Sistema de Transporte	20%	457.175,46	457.175,46
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.199.105,69	1.516.584,10
Total de Imobilizado de Uso		23.588.651,79	17.955.003,80
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(165.300,66)	(127.985,50)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(527.256,19)	(506.751,78)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(6.898.229,85)	(6.117.733,28)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(216.651,23)	(125.216,03)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(426.413,35)	(291.532,44)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(8.233.851,28)	(7.169.219,03)
TOTAL		15.354.800,51	10.785.784,77

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	372.523.828,92	0,00	299.853.409,21	0,00
Depósito Sob Aviso	1.734.872,14	0,00	1.694.129,52	0,00
Depósito a Prazo (b)	536.178.479,92	2.305.615,99	511.386.980,81	0,00
TOTAL	910.437.180,98	2.305.615,99	812.934.519,54	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN n° 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	25.001.443,65	2,47%	26.110.485,02	2,94%
10 Maiores Depositantes	94.357.698,58	9,31%	100.202.001,83	11,28%
50 Maiores Depositantes	183.782.203,75	18,12%	179.331.658,03	20,19%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(57.040,71)	(86.173,23)	(60.413,37)
Despesas de Depósitos a Prazo	(16.068.416,34)	(22.287.383,68)	(12.203.036,37)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.258.085,99)	(3.149.688,51)	(1.013.336,08)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(75.042,27)	(83.093,08)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(760.707,12)	(1.430.879,80)	(1.131.941,79)
TOTAL	(19.219.292,43)	(27.037.218,30)	(14.408.727,61)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	3.877.973,46	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	74.769.991,81	2.568.998,32	51.357.734,77	1.598.324,16
TOTAL	78.647.965,27	2.568.998,32	51.357.734,77	1.598.324,16

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 10d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4% a 7,5%	25/01/2022 a 16/11/2029	57.450.923,47	4.006.026,65	8.826.064,94	359.100,32
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(2.341.236,14)	(720.670,47)	(302.269,14)	(61.075,23)
Recursos da Central	9,5%	10/10/2022	98.424,14	0,00	89.840,48	98.424,14
(-) Despesas a Apropriar Central			(6.687,72)	0,00	(6.062,76)	(14.646,43)
TOTAL			55.201.423,75	3.285.356,18	8.607.573,52	381.802,80

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasses do País - Instituições Oficiais	79.822.782,14	0,00	86.248.138,43	0,00
TOTAL	79.822.782,14	0,00	86.248.138,43	0,00

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(702.985,00)	(702.985,00)	(57.536,79)
Cooperativa Central	(6.308,67)	(6.308,67)	(9.528,11)
Outras Instituições	(1.543.729,36)	(2.754.621,56)	(2.187.879,24)
TOTAL	(2.253.023,03)	(3.463.915,23)	(2.254.944,14)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	25.168.944,54	0,00	26.217.211,30	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	489.898,56	0,00	0,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	327.373,25	0,00	162.902,14	0,00
TOTAL	25.986.216,35	0,00	26.380.113,44	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 117.921,62), Convênio Saneamento (R\$ 12.024,96), ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente (R\$ 25.001.133,65) e outros (R\$ 37.864,31);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 196.838,34), Municipais (R\$ 113.609,15) e outros (R\$ 16.925,76).

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB AGROCREDI** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.958.961,31	4.416.492,08	1.442.964,81	4.416.442,67
Provisão Para Contingências (b)	0,00	7.906.608,44	0,00	7.611.928,16
TOTAL	1.958.961,31	12.323.100,52	1.442.964,81	12.028.370,83

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	97.005.454,92	72.843.657,01
TOTAL	97.005.454,92	72.843.657,01

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	1.355.485,24	1.355.485,24	1.339.853,61	1.339.853,61
PIS FOLHA	1.926.880,75	1.898.586,84	1.690.217,04	1.671.196,70
COFINS	4.567.409,31	4.567.409,31	4.505.298,38	4.505.298,38
Trabalhistas	0,00	0,00	46.848,68	41.848,84
Outras Contingências	56.833,14	125.464,70	29.710,45	29.710,45
TOTAL	7.906.608,44	7.946.946,09	7.611.928,16	7.587.907,98

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB AGROCREDI**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 404 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	3.746.115,63	0,00	1.010.821,99	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	126.013,97	0,00	115.126,40	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.144.142,73	0,00	1.172.145,01	0,00
Outros	383.484,97	0,00	243.594,57	0,00
TOTAL	5.399.757,30	0,00	2.541.687,97	0,00

19. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	27.022.525,42	0,00	21.204.754,91	0,00
Cheques Administrativos	2.018,07	0,00	10.501,01	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	3.053.261,23	0,00	2.904.984,01	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	5.145.165,53	0,00	5.486.388,09	0,00
Credores Diversos – País (c)	3.493.320,75	0,00	1.984.063,29	0,00
Rendas Antecipadas	0,00	0,00	74,46	0,00
TOTAL	38.716.291,00	0,00	31.590.765,77	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Gratificações e Participações a Pagar (a.1)	1.566.058,17	0,00	0,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.894.533,08	0,00	1.472.999,53	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	23.561.934,17	0,00	19.731.755,38	0,00
TOTAL	27.022.525,42	0,00	21.204.754,91	0,00

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio

da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 3.378.125,40), Provisão com despesas de cartão (R\$ 282.858,72), Seguro Prestamista (R\$ 464.402,98) e outros (R\$ 1.019.778,43);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R\$ 1.328.474,85), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 153.613,48), Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 212,24), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 380.347,95), Créditos de Terceiros (R\$ 1.100.000,00) e outros (R\$ 530.672,23).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	65.111.784,14	62.284.248,40
Associados	64.976	55.907

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31/12/2020 da seguinte forma:

- 50% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 10.923.701,50;
- 25% para Conta Capital, no valor de R\$ 5.461.850,75;
- 25% para Conta Corrente, no valor de R\$ 5.461.850,75.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	53.181.744,66	44.014.995,25
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.659.666,40)	(320.190,29)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	51.522.078,26	43.694.804,96
Fundo de Reserva	(23.184.935,22)	(19.662.662,23)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(2.576.103,91)	(2.184.740,25)
Apuração do FATES com Associados	323.775,47	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	26.084.814,60	21.847.402,48

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	56.927.860,29	47.012.409,14
Resultado de atos com associados	(46.915.961,13)	(39.443.869,44)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(3.746.115,63)	(2.997.413,89)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(4.606.117,13)	(4.250.935,52)
(=) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71	1.659.666,40	320.190,29

22. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 1.420.278,11. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	736.951,79	1.308.318,44	1.216.939,46
Rendas de Empréstimos	33.084.663,03	63.769.866,23	60.921.369,13
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.362.109,70	4.180.513,21	3.401.901,46
Rendas de Financiamentos	5.008.270,28	8.979.873,36	6.455.836,04
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.065.805,68	4.659.364,37	6.337.179,64
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	651.262,13	881.866,44	56.761,39
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	58.729,85	63.981,76	775,40
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	829.336,55	829.336,55	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.367.932,78	2.851.611,23	2.955.911,17
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	4.781.928,79	9.061.086,40	8.842.620,29
TOTAL	50.946.990,58	96.585.817,99	90.189.293,98

24. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(19.219.292,43)	(27.037.218,30)	(14.408.727,61)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.253.023,03)	(3.463.915,23)	(2.254.944,14)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.707.018,45	17.255.260,36	18.713.060,80
Reversões de Provisões para Outros Créditos	102.868,37	212.010,73	296.051,71
Provisões para Operações de Crédito	(14.028.176,84)	(26.426.581,99)	(29.345.920,22)
Provisões para Outros Créditos	(1.859.367,73)	(2.514.395,47)	(2.240.249,42)
TOTAL	(28.549.973,21)	(41.974.839,90)	(29.240.728,88)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.611.859,92	3.131.365,69	2.985.477,15
Rendas de Transferências de Fundos	2.927,64	72.803,52	123.633,22
Rendas de Garantias Prestadas	0,00	74,46	218,00
Rendas de Outros Serviços	10.877.360,76	19.879.785,85	14.849.340,33
TOTAL	12.492.148,32	23.084.029,52	17.958.668,70

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	82.284,30	137.983,50	40.141,48
Rendas de Serviços Prioritários - PF	1.200.073,78	2.354.606,23	2.783.793,55
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.246.749,00	2.454.564,00	2.354.925,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.408.668,45	2.744.541,12	2.904.524,73
TOTAL	3.937.775,53	7.691.694,85	8.083.384,76

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(51.468,48)	(101.360,16)	(96.629,76)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(886.605,38)	(1.725.199,98)	(1.628.218,66)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.005.372,67)	(7.870.137,12)	(7.430.170,21)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.295.699,82)	(6.438.109,08)	(5.922.724,64)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.417.209,87)	(22.464.694,65)	(18.292.341,04)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(12.217,00)	(12.217,00)	(7.674,51)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(61.405,32)	(136.726,83)	(197.411,94)
TOTAL	(19.729.978,54)	(38.748.444,82)	(33.575.170,76)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(245.468,45)	(544.382,34)	(544.321,11)
Despesas de Aluguéis	(1.432.368,70)	(2.696.514,90)	(2.375.596,24)
Despesas de Comunicações	(657.770,79)	(1.362.281,09)	(1.366.376,53)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.108.718,34)	(2.048.458,49)	(1.633.060,01)
Despesas de Material	(224.941,45)	(683.113,02)	(787.182,65)
Despesas de Processamento de Dados	(2.074.193,63)	(4.214.485,62)	(3.992.929,79)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(317.794,19)	(471.339,24)	(523.157,50)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(278.776,32)	(469.241,23)	(81.619,43)
Despesas de Publicações	(4.181,25)	(9.381,25)	(19.014,69)
Despesas de Seguros	(34.691,83)	(70.732,15)	(88.416,48)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.540.055,54)	(6.761.593,50)	(4.982.003,98)
Despesas de Serviços de Terceiros	(755.963,67)	(1.366.864,82)	(1.193.880,51)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.470.993,87)	(2.863.661,66)	(3.793.037,23)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(727.449,19)	(1.562.806,61)	(1.398.173,33)
Despesas de Transporte	(1.188.320,39)	(2.234.221,41)	(1.985.413,46)
Despesas de Viagem no País	(97.969,78)	(178.628,23)	(205.371,68)
Despesas de Depreciação	(1.023.445,84)	(1.962.538,27)	(1.527.219,18)
Outras Despesas Administrativas	(1.951.612,61)	(3.822.789,73)	(3.445.796,39)
TOTAL	(17.134.715,84)	(33.323.033,56)	(29.942.570,19)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	27.456,18	296.561,29	388.360,53
Rendas de Créditos Específicos	78.277,21	78.277,21	151.379,64
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	0,00	303.306,29
Dividendos	0,00	31.324,77	82.971,89
Distribuição de sobras da central	0,00	1.017.477,31	781.749,67
Atualização depósitos judiciais	82.553,38	132.805,34	84.698,65
Rendas de Repasses Interfinanceiros	31.082,67	60.999,85	140.824,58
Outras rendas operacionais	148.234,24	259.058,37	247.475,02
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	3.895.464,20	7.794.241,02	6.739.334,80
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.727.897,67	1.727.897,67	1.215.876,35
TOTAL	5.990.965,55	11.398.642,83	10.135.977,42

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	0,00	(29.725,12)	0,00
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(791.348,58)	(1.007.119,76)	(401.716,52)
Outras Despesas Operacionais	(627.670,66)	(1.099.141,60)	(901.879,70)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(77.498,75)	(144.512,49)	(172.633,85)
Outras Contribuições Diversas	(202.966,75)	(346.285,00)	(302.775,84)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(159.776,44)	(252.469,72)	(63.588,81)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(19.629,91)	(27.571,01)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	(342.433,10)	0,00
Perdas - Fraudes Externas	(7.553,00)	(23.453,00)	(38.241,38)
Perdas - Demandas Trabalhistas	0,00	(9.836,56)	(19.171,49)
Perdas - Práticas Inadequadas	0,00	(15.860,61)	(195.885,52)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(352,00)	(30.337,00)	(367,81)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(3.463,86)	(9.595,37)	(5.504,14)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(223.322,17)	(323.775,47)	0,00
TOTAL	(2.093.952,21)	(3.654.174,71)	(2.129.336,07)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(197.910,30)	(295.835,75)	(262.501,36)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(32,00)	(32,00)	0,00
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(9.828,51)
Provisões para Contingências	(197.878,30)	(314.830,07)	(262.186,01)
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	19.026,32	9.513,16
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(67.617,33)	(516.045,91)	(91.559,43)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.549.782,29)	(2.973.801,74)	(2.658.478,47)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.482.164,96	2.457.755,83	2.566.919,04
TOTAL	(265.527,63)	(811.881,66)	(354.060,79)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	11.972,56	18.503,77	179.436,36
Ganhos de Capital	10.102,43	48.265,32	25.617,13
Ganhos de Aluguéis	11.465,00	19.465,00	17.000,00
Outras Rendas não Operacionais (a)	719.095,74	732.211,14	5.256,80
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(7.445,72)	(31.655,99)	(10.668,39)
(-) Perdas de Capital	(120.313,47)	(151.410,35)	(28.119,01)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(30.000,00)	(30.000,00)	(3.372,61)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(45.583,96)	(63.275,93)	(176.267,85)
TOTAL	549.292,58	542.102,96	8.882,43

(a) Refere-se a terreno recebido em doação no exercício de 2021, no valor de R\$ 700.000,00, onde serão construídas novas instalações da Cooperativa (vide nota explicativa nº 31).

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no exercício de 2021 o resultado não recorrente do SICOOB AGROCREDI foi de R\$ 700.000,00 relativo a terreno recebido em doação, onde serão construídas novas instalações da Cooperativa. Esse terreno foi devidamente registrado no Ativo Imobilizado, seguindo as orientações da Resolução CMN 4.535/2016.

No exercício de 2020 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.471.087,63	0,4120%	20.771,75
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.149.483,31	0,1369%	16.881,17
TOTAL	8.620.570,94	0,5488%	37.652,92
Montante das Operações Passivas	15.111.884,15	1,2198%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021

Empréstimos e Financiamentos	0,0744%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0098%
Crédito Rural (modalidades)	0,9178%
Aplicações Financeiras	1,2198%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	62.201,82	2.308,17	0,3799%
Financiamentos Rurais	5.660.510,46	24.196,44	3,1379%
Empréstimos	455.384,04	7.418,20	0,1969%
Financiamentos	210.859,72	1.083,55	0,2435%
Direitos Creditórios Descontados	6.489,97	194,70	0,0265%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.238.720,87	0,6039%	0%
Depósitos a Prazo	5.048.170,74	0,9345%	0,7744%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	4.357.610,19	5,3654%	0,7071%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	639.246,77	0,7871%	0,7226%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	2,2080%	2,67
Empréstimos	2,7470%	17,14
Financiamentos	0,9000%	44,32
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	94,5501%	142,40
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	17,2430%	10,84
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,7306%	3,73

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	14.346,32
Crédito Rural	13.601.596,06
Direitos Creditórios Descontados	15.797,67
Empréstimos	3.068.657,82
Financiamentos	511.320,09

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	538.892,57	526.027,47

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(195.463,28)	(385.052,66)	(162.928,10)	(335.412,81)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(886.605,38)	(1.725.199,98)	(814.109,33)	(1.628.218,66)
F.G.T.S. Diretoria	(58.399,91)	(116.866,37)	(55.211,93)	(110.033,42)

35. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO AGROCREDI LTDA. - SICOOB AGROCREDI**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB AGROCREDI** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	871.018.095,98	803.126.158,27
Ativo - Investimentos	48.047.369,12	45.468.526,59
Total das Operações Ativas	919.065.465,10	848.594.684,86
Passivo - Repasses Interfinanceiros	91.736,42	167.555,43
Total de Operações Passivas	91.736,42	167.555,43

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:**

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	28.022.878,03	38.339.130,08	18.228.029,26
Total das Receitas	28.022.878,03	38.339.130,08	18.228.029,26
Rateio de Despesas da Central	(910.745,07)	(1.854.204,56)	(1.897.151,29)
Total das Despesas	(910.745,07)	(1.854.204,56)	(1.897.151,29)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
- a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

36.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;

- aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	320.602.091,28	279.428.506,96
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	29,7	30,4
Imobilizado para cálculo do limite	15.354.800,51	10.785.784,77
Índice de imobilização (limite 50%) %	4,78	3,86

39. Benefícios a Empregados


A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.


As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(123.059,65)	(248.554,61)	(245.579,31)
TOTAL	(123.059,65)	(248.554,61)	(245.579,31)

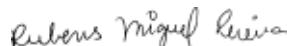
GUAXUPÉ-MG


Mário Sérgio Coragem Sabag
Diretor Operacional
CPF: 041.917.086-35


Enonimo Euclides dos Santos Júnior
Diretor de Gestão de Riscos e de Capital
CPF: 080.060.656-67


Antônio Lourival Junqueira
Diretor de Negócios
CPF: 866.467.458-20


Walfrido Antônio Russo Júnior
Diretor Administrativo
CPF: 740.126.146-49


Rubens Miguel Pereira
Contador - CRC/MG-091.409/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB AGROCREDI do ano de 2.021, no exercício de suas atividades legais e estatutárias, declara que procedeu ao exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2.021, o seu Ativo, Passivo, Demonstrações de Despesas, Demonstrações das Receitas, Demonstração do Resultado do semestre, bem como os documentos e saldos, verificando as sobras líquidas de R\$ 54.602.022,77 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e dois mil , vinte e dois reais e setenta e sete centavos) constatando achar-se tudo exato, de acordo com as normas contábeis vigentes e determinações legais, aprovando assinando o Balanço e recomendando a Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação.

Guaxupé MG, 23 de fevereiro de 2022.


Paulo Mariotti Flora

- Coordenador


Reinaldo Ribeiro Senedese

- Secretário


Antônio Custódio Ferreira

- Membro do Conselho

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda. - SICCOOB AGROCREDI

GUAXUPÉ - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda. - SICCOOB AGROCREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOOB AGROCREDI em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do SICCOOB AGROCREDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 05 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG 7 de março de 2022.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

Participe!

**Acesse o QR CODE e responda
nossa pesquisa on-line sobre
este Relatório de Gestão!**



EXPEDIENTE

SICOOB AGROCREDI

DATA DE CONSTITUIÇÃO

15/05/1992

AUTORIZAÇÃO BANCO CENTRAL

9200066116 30/06/1992

REGISTRO JUCEMG

314006095 - 10/08/1992

INÍCIO DAS ATIVIDADES

09/11/1992

REGISTRO OCEMG:

814 - 30/04/1993

AUTORIZAÇÃO LIVRE ADMISSÃO:

20/01/2006

Cooperativa de Crédito Agrocredi Ltda -
Sicoob Agrocredi - 42.873.828/0001-02
Unidade Administrativa Desmembrada - UAD
Rua Capitão Joaquim Norberto, 105 - Centro
Guaxupé - MG - 37800-000

www.sicoob.com.br/web/agrocredi
Facebook.com/sicoobagrocredi
instagram.com/sicoobagrocredi
linkedin.com/sicoob-agrocredi
youtube.com/sicoobagrocredi

Ouvidoria Sicoob: 0800 725 0996

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

COORDENAÇÃO GERAL

Unidade de Comunicação e Marketing

PRODUÇÃO E REVISÃO

Unidade Administrativa Desmembrada - UAD

PROJETO GRÁFICO

Unidade de Comunicação e Marketing

IMPRESSÃO

Gráfica Mococa

TIRAGEM

1.500 unidades

IMAGENS:

Adobe Stock e Acervo Sicoob Agrocredi.

O Relatório de Gestão 2022 - 2021 do Sicoob Agrocredi foi impresso em papel certificado com o selo FSC - Conselho de desenvolvimento Florestal, reconhecido em mais de 75 países em todos os continentes, atestando que é procedente de processo produtivo manejado de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável e no cumprimento da legislação vigente.



Papel produzido a partir de fontes responsáveis.
FSC® 150476



**COMPROMISSO COM O FUTURO DA NOSSA
GENTE.
VISÃO INTEGRADA ENTRE NEGÓCIOS E
SUSTENTABILIDADE.**



Unidade Administrativa
Rua Capitão Joaquim Norberto, 105 - Centro
Guaxupé - Minas Gerais

RELATÓRIO DE GESTÃO

